



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Mundo do trabalho.

POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: uma análise sobre a política de assistência na cidade de Salvador (BA)

Eliana Teixeira dos Santos¹

Resumo: Este trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado realizada em 2015, junto á assistentes sociais que trabalham em três CRAS da cidade de Salvador- BA. Neste artigo, nosso objetivo é apresentar a estreita relação entre a precarização da política social na atualidade, e a precarização do trabalho das assistentes sociais no campo da assistência, o que está vinculado a reorganização do mundo do trabalho pós-crise de 1970 e a onda neoliberal ,que no Brasil desde a década de 1990 vem restringindo a possibilidade de uma proteção social mais inclusiva,impondo novos desafios á classe trabalhadora aí incluídas as assistentes sociais.

Palavras-chave: Trabalho;Precarização;Política Social.

Abstract : This work is part of my master's research carried out in 2015, next to social workers who work in three CRAS city of Salvador-BA. In this article, we aim to show the close relationship between the precariousness of social policy today, and the precariousness of the work of social workers in the field of assistance, which is linked to the world reorganization of the 1970 post-crisis work and the wave neoliberal, which in Brazil since the 1990s has restricted the possibility of a more inclusive social protection, imposing new challenges will the working class social workers there included.

Keywords: Work; Insecurity; Social Policy.

I-INTRODUÇÃO:

Analisar o trabalho das assistentes sociais na política de assistência á luz das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, não pode prescindir de uma breve contextualização do espaço no qual o mesmo se desenvolve, sendo as condições de trabalho das profissionais aí alocadas, apenas uma refração do contexto maior no qual se insere a política social na atualidade.

No Brasil, a permanência da assistência social no campo “marginal” do conjunto das políticas sociais - uma vez que ainda é vista como favor- é fortalecida pela própria forma como esta foi sendo desenvolvida ao longo dos anos no país, geralmente identificada com a pobreza e amparada em relações de favor e compadrio, o que embora tenha sofrido alterações com o advento da LOAS (1993) ,ainda não foi erradicado da cultura política brasileira,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos sobre Mulher, Gênero e Feminismo-PPG-NEIM /UFBA. E-mail: <eli25ufba@hotmail.com>.

contribuindo com um distanciamento da idéia de que a assistência enquanto dever do Estado, é direito do cidadão, o que nos remete pensar que o modo pelo qual os direitos sociais foram estabelecidos na sociedade brasileira, “num ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis” (CARVALHO, 2004, p.110), contribuiu para o fortalecimento de uma visão estreita sobre a cidadania.

Outro fator que atinge diretamente o trabalho da/do assistente social, é o caráter pontual e emergencial da política de assistência no contexto brasileiro, uma vez que o processo de trabalho da/do assistente social para além de conhecimento teórico e habilidades técnicas”, demanda a existência de meios práticos para ser efetivado, necessita de “recursos financeiros, técnicos, humanos e organizacionais”(IAMAMOTO, 2008, p.63), o que como veremos ainda é um dilema na rotina das assistentes sociais que atuam nos CRAS(Centro de Referência e Assistência Social) da cidade de Salvador-BA. Porém, é importante pensar estas questões conectadas a um processo mais amplo, não restrito a sociedade brasileira- ainda que dela tenha marcas que lhe dão certa características peculiares- uma vez que é impossível compreender a política social na contemporaneidade, estanke da dimensão econômica, que nela se revela de modo mais contundente na privatização, monetarização, regressividade e focalização (PEREIRA;SIQUEIRA, 2010),os quais plantados no solo fértil da acumulação flexível, reafirmam a tônica do capital de maximização dos lucros e socialização das perdas.

Para além das questões históricas do gerenciamento da assistência no cenário brasileiro, sua implementação efetiva como direito na atualidade tem sido ameaçada no contexto de desmonte dos direitos sociais no Brasil, relativo às mudanças nas formas de acumulação no sistema capitalista, as quais embasadas na financeirização do capital, penalizam o trabalho, reduzindo os postos laborativos, minam a proteção social ao trabalhador, privatizando-a e fragilizando-a como direito (BOSCHETTI et al 2010). Diante disso, a política de assistência vem tendo sérias dificuldades de efetivar plenamente a estrutura do SUAS(Sistema Único da Assistência Social), tal qual estabelecido pela LOAS¹, de forma que embora sejam notórios os avanços, algumas lacunas ainda necessitam ser preenchidas, não apenas no que se refere a estrutura dos serviços mas, também no que diz respeito às condições de trabalho-altamente precarizadas- daquelas e daqueles que a operacionalizam, de modo especial as/os assistentes

¹ A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) nº 8.742 foi criada em 1993 e tem por objetivo organizar a assistência social a nível nacional.

sociais, que encontram neste campo, uma expressiva alternativa de inserção profissional. Porém, tal análise não pode prescindir de observar esta problemática sob uma perspectiva de gênero, já que dentre os muitos elementos que já destacamos com respeito a assistência, seu cariz feminilizado é de extrema relevância para fazer as devidas leituras sobre este espaço, ou seja, o fato de ser a assistência percebida como lugar dos pobres e das mulheres (quer seja enquanto usuárias, quer seja enquanto profissionais) é de grande importância para pensar o Serviço Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Diante de tudo que foi exposto, a influência do setor financeiro sobre as políticas sociais, dentro de um padrão de acumulação flexível, marca o capitalismo contemporâneo e institui uma nova configuração no mundo do trabalho, a qual se materializa na efemeridade, precarização, super-exploração, valorização do cumprimento de metas, etc., os quais caracterizam também o trabalho da/do assistente social no cotidiano da política de assistência, de modo que este artigo se propõe a tecer algumas considerações sobre como para além das questões históricas, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva, atingem as condições de trabalho das/dos assistentes sociais, apontando que tal qual os trabalhadores com os quais está em contato, estas/es também estão expostas/os ao processo de espoliação, fato este que guarda estreita relação com a crise do capital na década de 1970, a qual representa o um momento de reorganização estratégica do mesmo no intuito de restabelecer a lucratividade, junto a este processo, a globalização, fenômeno não exclusivamente cultural, mas com claras implicações no campo político-econômico, dão conta da amplitude das mudanças operadas, as quais ainda fazem sentir seus efeitos na cena contemporânea.

II - Desenvolvimento:

Dentre as grandes mudanças ocorridas na virada do século, as mudanças relativas a estruturação do mundo do trabalho como reflexo da queda do Estado de Bem-Estar Social compreende uma das mais significativas para compreendermos o estado atual da proteção social, isso porque como destaca Rojas (2010 p.68), “as políticas sociais giravam em torno de

uma sociedade estruturada em torno do trabalho formal”. Muito embora no Brasil seja discutível a existência de um Estado de Bem-Estar Social, uma vez que:

(...) Se na tradição européia, houve uma forte presença do Estado não só como regulador desse campo dos direitos, mas, principalmente, como provedor dos mesmos, o que se constitui num traço marcante de sua definição no Brasil ocorreu uma ambigüidade na enunciação desses direitos, que estão quase que na sua totalidade vinculados à legislação trabalhista, e, quando desvinculados dela, se apresentam como um enunciado de intenção, sem a efetiva presença do Estado” (ROJAS, 2010, p.76).

Além disso, no que se refere a este período, a década de 1930, Yamamoto; Carvalho (2008), destacam que a mínima proteção social com a qual contava os trabalhadores se dá de acordo como mecanismo de controle na defesa de um projeto de classe completamente comprometido com a dinâmica expansão do capital. Os reclamos da classe operária dessa forma, serão incorporados e defendidos pelo Estado como importantes agentes de dominação, uma vez que a forma pela qual se materializam buscava incutir a idéia da doação e do benefício.

A queda de um paradigma assentado num ideal de proteção social como resultado da crise do capital impactaram não só o mundo do trabalho, mas, também o campo das políticas sociais em especial na América Latina. No Brasil, no caso da assistência social, tais tendências em última instância fortaleceram uma ofensiva à sua implantação tal qual defendida pelos movimentos sociais, de modo que a LOAS (1993) é aprovada mas sob a imposição da subtração do seu ideal de universalidade, tão combatido pelos organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, os quais defendem a focalização como importante instrumento de otimização dos recursos.

De modo que tal resistência é fruto das influências neoliberais que já fazia sentir seus efeitos, aliado a um processo de globalização que como já afirmamos inicialmente, mais que um fenômeno cultural, também representou uma internacionalização das economias nacionais, um dos fatores fundamentais para fragilizar as bases progressistas.

Esta dificuldade da assistência em firmar-se enquanto direito, nos permite perceber que a mesma em toda história brasileira sempre foi caracterizada pela exclusão: anteriormente excluindo os que não trabalhavam e na atualidade excluindo, os que não possuem a “oportunidade” de serem explorados, uma vez que a proteção por meio da assistência na contemporaneidade, se volta para a pobreza extrema, em síntese para a face mais cruel desta: a fome, deixando de fora um grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores que embora alocados no processo produtivo ainda assim sofrem contingências; um destaque deste modelo é que ele ao individualizar a questão escamoteia a raiz do problema, “ocultando as causas estruturais que determinam a questão social” (BATTINI, 1998).

Este novo paradigma, instaura a lógica da eventualidade, instabilidade, flexibilização e precarização, ditam por ora o tom do modo como se relaciona a esfera produtiva, a economia e a política social. De modo que a importância desta análise deriva da necessidade de afirmar que apesar de não deter o total controle do seu processo de trabalho, é imprescindível a(o) assistente social manter uma postura reflexiva das ações realizadas junto as(aos) usuárias(os) dos serviços da assistência, situando a sua ação num contexto específico que tem implicações diretas no desafios e possibilidades de sua atuação e que tem influência nas demandas que lhe chegam, a fim de pensar estratégias de resistência neste contexto. O que é salutar no contexto atual, no qual a lógica produtivista tem invadido a rotina das profissionais, com a exigência de elaboração de grande quantidade de relatórios e pareceres, prenhe do “novo espírito” o qual estabelece “processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças” (DRUCK 2011, p.40). Quanto a isso uma das entrevistadas da pesquisa que realizei junto a profissionais da área da assistência na cidade de Salvador-Ba, a quem chamarei de Aldáiza, destaca o seguinte em relação ao produtivismo no campo da assistência.

aí a gente fica aqui tentando trabalhar com as famílias, acompanhar as famílias, mas que acompanhamento é esse de fato tá tendo o acompanhamento da família? Porque se não tem carro, se não tem material pra trabalhar? Como é que você realmente vai acompanhar essa família? A família precisa de cesta básica, a família precisa de um auxílio aluguel e a secretária diz que não tem, só quando tá em tempo de chuva? A família só come quando tá chovendo?...A gente faz relatório, a gente faz visita quando dá, mas é muita gente, e você tem que cumprir números, e a assistência não é números só, e aí você faz

um monte de papel e aí quando a família chega pra requerer o benefício não tem..(Aldaíza)

Diante da complexidade dos fatos, os quais envolvem aspectos histórico-culturais, mas também político-econômicos, iremos nas linhas que se seguem apresentar de forma sucinta algumas aspectos do trabalho das assistentes sociais com famílias na cidade de Salvador-BA-alvo de discussão d minha dissertação- ,dando ênfase ao modo como a precarização do trabalho das mesmas, é parte da intensificação da precarização do trabalho feminino de um modo mais amplo,além de ser reflexo da precarização da própria política social na atualidade,que resulta da reorganização do capital pós crise de 1970 o qual estabelece como alternativas de enfrentamento a reestruturação produtiva, a globalização e no plano político-ideológico as idéias neoliberais sendo de extrema importância observar de que maneira ou em que medida estas mudanças na sociedade atingiram a profissão e acabam rebatendo no cotidiano destas profissionais.

Isso porque a fim de fortalecer a competitividade com a internacionalização da economia há uma demanda por uma “uniformização” por baixo das políticas de corte social a fim de estabelecer um terreno favorável a circulação do capital.Tais mudanças tiveram especial impacto nos países latino-americanos como o Brasil, para estes é que foi repassado os custos desta rearticulação do capital pós-crise , uma vez que para salvaguardar suas economias, os países ditos centrais, passam a impor por meio dos organismos internacionais , novas regras às relações político-econômicas com os países da “periferia” . Uma outra medida muito importante, são as reformas do Estado, que em última instância projetavam o enxugamento da máquina pública a fim de desonerá-la e torná-la mais eficiente,adjunto a isso um processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas foram importantes para traçar os “novos rumos” para a “periferia” do sistema(TEIXEIRA, 2013).

No que tange a este aspecto, a desregulamentação do mercado de trabalho,destacamos que é uma tendência que vem se intensificando como mostra o alto índice de trabalhadoras/es terceirizados,tendência esta que vem atingindo também as/os assistentes sociais , o que denota o crescimento de uma instabilidade dos postos de trabalho disponíveis, pelo menos foi o que pôde se verificar na realidade estudada na cidade de Salvador –BA,de modo que como já foi destacado por Iamamoto (2015) “as tendências do mercado de trabalho...indicam uma classe

trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc. (IAMAMOTO 2015, p.32), fato que aparece no discurso de Carmelita e Aldaíza respectivamente, uma das assistentes sociais entrevistadas:

As técnicas, as assistentes sociais do CRAS não tem vínculo empregatício, é a única coisa que me deixa triste é saber que eu tô trabalhando aqui sem vínculo empregatício, estou trabalhando aqui por amor a minha profissão, mas sem vínculo empregatício (Carmelita).

E vai fazer três anos que tô aqui trabalhando, o trabalho precarizado da assistência no município de Salvador em si né, como eu vejo aí uns mais ou menos e outros. (Aldaíza).

Quando questionada sobre qual a situação em que se encontrava quanto ao vínculo empregatício, Aldaíza respondeu:

Não, no momento não, no momento assim..., em outros momentos já tivemos a carteira assinada, mas atualmente não. (Aldaíza)

Na pesquisa que realizamos, foi possível constatar que o trabalho da assistente social no campo da assistência em Salvador-BA, revela a estreita relação que há uma intrínseca relação entre a precarização da política social e precarização do trabalho. Observa-se ainda no perfil das profissionais, uma tendência da instabilidade do trabalho na atualidade passada a geração fordista, na qual a vida podia ser planejada a longo prazo com base na estrutura de empregos mais estáveis Druck(2011). As três entrevistadas, são representantes de uma geração de profissionais que fazem parte do processo de mudanças ocorrido dentro do Serviço Social, uma vez que são oriundas da classe trabalhadora e em sua maioria não-brancas, mas também fazem parte da geração que vivencia mais intensamente as transmutações ocorridas no campo do trabalho, dentre as quais destacamos como principal a precarização social do trabalho que pode ser resumida na: “efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que

se produz e,principalmente, dos que produzem -os homens e mulheres que vivem do trabalho”(DRUCK 2011 p.40). Sendo assim:

o ponto culminante de sua servidão é que *ela*¹ depende do trabalho para existir- inicialmente como trabalhador –e depois para sobreviver fisicamente: a vida genérica da *mulher* é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência”(BARROCO,2010 p.35).

Por outro lado, a complexidade da inserção da assistente social no mercado de trabalho, guarda estreita relação com o próprio perfil profissional, que diante de tudo que dissemos tem desdobramentos relevantes para a alocação da profissão na divisão do trabalho,de maneira que analisar a mesma sob a ótica de gênero , é de suma importância,uma vez que para além de uma questão econômica,o modo de produção capitalista envolve aspectos de ordem,política,cultural e ideológica,pois a apropriação dos valores sociais cultivados e mantidos,tal qual a suposta inferioridade feminina é também um agregador de valor a lógica capitalista,uma vez que permite por exemplo a naturalização dos baixos salários para as mulheres (CASTRO;LAVINAS *apud* CISNE 2012 p.118), fortalecia pela dupla segmentação do mercado de trabalho,a saber:a segmentação horizontal,que se materializa na existência de poucas profissões e ocupações absorverem as mulheres e a segmentação vertical que se materializa na ausência ou baixa presença de mulheres e cargos de chefia,até quando em áreas predominantemente femininas((WIRTH;CAPPELLIN *apud* YANNOULAS, 2013).

A análise de toda esta problemática nos permite afirmar que a assistente social “embora desenvolva sua prática nas diversas políticas sociais,ao lado de outros profissionais, encontra nas políticas específicas de assistência suas demandas mais expressivas” (YAZBEK, 2009, p.163), para Raichelis (2011)dentro da seguridade social,esta é uma área que possibilitou o “alargamento” do mercado de trabalho para as/os assistentes sociais,porém,é este processo de expansão do mercado de trabalho que contraditoriamente irá expor a assistente social, a todos os reveses da condição de assalariado.

Raichelis (2011), aponta que a condição de assalariado da/do assistente social é algo ainda pouco problematizado,o que permite que a/o profissional não seja vista/o como passível

¹ Grifos nosso.

de sofrer a “violação de direitos”,porém,na pesquisa de campo realizada junto á profissionais nos CRAS de Salvador, ficou evidente que tanto quanto os demais trabalhadoras/es a assistente social estará exposta a super-exploração,adoecimento, dada as condições de trabalho bem como tantas outras formas de precarização da atividade laboral. Esta situação no âmbito da assistência, no entanto não pode ser vista como comum, mas como parte de uma precariedade da própria política social de assistência,que carrega a pecha de ser um “peso” para sociedade, pois não é vista como constitutiva da cidadania, mas sim entendida como lugar de ajuda e para além disso lugar dos pobres,o que se verifica na falta de investimento público,no sucateamento das instalações nas quais se realiza o atendimento,etc.,na maioria dos CRAS visitados(seis ao todo) não haviam instrumentos mínimos para a execução do trabalho,inexistindo aparelhos básicos como, telefones e computadores ou veículos disponíveis para a realização das visitas necessárias,a própria estrutura dos mesmos bem como a sua forma de localização e de identificação não eram das melhores,em alguns a aparência externa de lugar abandonado ,bem representava a condição da própria política que abriga.É a velha idéia que para o pobre “qualquer coisa serve”,de “política pobre para os pobres” o que vai ter reflexo nos vínculos de trabalho das profissionais aí alocadas,muitas vezes até por meio da inexistência destes.

Avaliar tal situação permite-nos afirmar que a alienação também está presente no trabalho das/dos assistentes sociais dos CRAS de Salvador, pois as condições a que estão submetidas são contrária a construção de uma identidade coletiva, tanto entre seus pares enquanto coletivo profissional como com os usuários e de forma especial as usuárias, que tal qual elas integram a classe trabalhadora, e isto pode ser constatado porque: “no trabalho alienado,os homens continuam a trabalhar juntos;no entanto,não se reconhecem como seres de uma mesma espécie ,se *estranham*;ao invés de desenvolver formas de compartilhamento criam formas de sociabilidade fragmentadas” (BARROCO, 2010 p.35),o que guarda estreita relação com reorganização do trabalho nos moldes do capital.

O processo de alienação o campo da assistência se materializa com a impossibilidade da/do profissional ser capaz de concretizar por meio de sua ação mudanças propostas pelo seu projeto ético-político,sendo esta/este chamado a gerenciar a pobreza, nega por sua prática imediata o ideal de busca por um outro tipo de sociabilidade, na execução de tarefas pautadas em determinações que lhe são impostas pelo próprio desenho da política que por sua vez é pensada não só por governos ,mas que sofrem forte influência dos organismos internacionais

tal qual o Banco Mundial e FMI(Fundo Monetário Internacional),existe a sensação de que não há como promover mudanças por meio do seu trabalho,constituindo-se este apenas num meio de subsistência,o que é frustrante,pois torna-se um entrave para que estas trabalhadoras em seu trabalho com as famílias nos CRAS consigam se “apropriar de suas capacidades e de seus projetos”.

III- Conclusão:

A análise parcial de alguns dados obtidos durante as entrevistas com as assistentes sociais que atuam em três CRAS da cidade de Salvador, nos possibilita inferir que grandes são os desafios colocados no cotidiano destas profissionais em seu trabalho com famílias, o que nos reporta ao questionamento já colocada por Yazbek (2009): “...como *a* assistente social pode fazer de sua prática um elemento/instrumento para construir a ponte e realizar a travessia? (YAZBEK 2009, p.16).

Esta indagação ganha maior significado, quando enxergamos estas mulheres dentro de um contexto pouco favorável a mudanças como este que estamos vivenciando, no qual os direitos sociais vem sofrendo grandes ataques,sendo combatido por meios práticos e ideológicos o ideal de universalização dos mesmos,o que no caso da assistência, enquanto política social, tem relevância singular,dado os estereótipos que a circundam,sobretudo na região Nordeste, pois muito embora a Constituição de 1988 a tenha reconhecido como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, “o fato de ser reconhecida a existência de um direito não garante a efetividade de seu exercício” (BOBBIO *apud* ROJAS 2010 p. 37),o que se verifica na forma como está estruturada a assistência no município de Salvador na atual conjuntura.

Sendo assim, diante das questões acima colocadas, refletir sobre a prática profissional é um exercício necessário á esta profissão que se propõe a contribuir com a transformação da sociedade,o que sem sombra de dúvida requer profissionais cômicas de seu papel e do lugar que ocupam,que como veremos adiante não pode ser compreendido fora de um percepção de nós enquanto classe assalariada e portanto sujeita ao revezes vivenciados pela classe trabalhadora.

Em segundo lugar, é nítido perceber o que, são as mulheres aquelas que mais estão expostas ao processo de precarização do trabalho quer seja através dos contratos de trabalho instáveis ou mesmo pela total ausência de vínculos, ou ainda por meio da precarização do espaço no qual desenvolvem suas atividades (caso da política de assistência que “coincidentalmente” é um espaço majoritariamente feminino); este perfil da assistência, a saber, sua composição feminilizada, não compreende apenas as profissionais que atuarão na prestação e gestão dos serviços sociais, ela está presente também no público demandante destas ações, constituído em sua maioria de mulheres, negras e pobres, segundo as profissionais, o que aponta o quanto o paradigma da responsabilização da mulher enquanto cuidadora ainda baliza as relações sociais dentro e fora da família.

Além disso, observa-se no perfil das profissionais uma tendência da instabilidade do trabalho na atualidade passada a geração fordista na qual a vida podia ser planejada a longo prazo com base na estrutura de empregos mais estáveis Druck (2011). As três entrevistadas são representantes de uma geração de profissionais que fazem parte do processo de mudanças ocorrido dentro do Serviço Social, uma vez que são oriundas da classe trabalhadora e em sua maioria não-brancas, e das transmutações ocorridas no campo do trabalho, dentre as quais destacamos como principal a precarização social do trabalho que pode ser resumida na: “efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem -os homens e mulheres que vivem do trabalho” (DRUCK, 2011 p.40), o que impõe desafios, mas também suscita a necessidade de se pensar estratégias de resistência, reafirmando a defesa intransigente dos direitos humanos, o que inclui o direito ao trabalho digno.

Referências:

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ètica**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Os Custos da crise para a política social. In: _____ (Org.).

Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos. São Paulo, 2010. Cortez.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira :uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRUCK, Maria das Graças. Trabalho Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n. esp.01, 2011.

IAMAMOTO , Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: _____ (Org.). **Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420- 437, jul./set.2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na Política de Assistência Social: Concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina-PI**. 2010.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Introdução. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

YAZBEK, Carmelita Maria. **Classes Subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo. Cortez, 2009.